

# Diversidade e inclusão social no IFPR: o projeto diálogos virtuais sobre inclusão

## Autores:

### Antônio Soares Júnior da Silva

*Doutorando em Ciências da Educação e em Diversidade Cultural e Inclusão, Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná*

### Márcia de Campos Biezeki

*Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná*

### Maria Isabel Cabral da Silva

*Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná*

DOI: 10.58203/Licuri.20895

## Como citar este capítulo:

SILVA, Antônio Soares Júnior; BIEZEKI, Márcia de Campos; SILVA, Maria Isabel Cabral. Diversidade e inclusão social no IFPR: o projeto diálogos virtuais sobre inclusão. In: FEITOZA, Denise Magalhães Azevedo (Org.). **Pesquisas e saberes em Educação**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 63-74.

ISBN: 978-65-85562-08-9

## Resumo

Este estudo apresenta as etapas iniciais da execução do projeto “Diálogos virtuais sobre inclusão: tessituras, avanços e desafios”, desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, campus Palmas. Por sua vez, o projeto objetivou promover atividades de formação por meio de ações de extensão no ambiente virtual sobre as diversas dimensões da Educação Inclusiva e discutir o papel da Educação Inclusiva no combate às desigualdades sociais. Esta é uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico que recorre às metodologias ativas, por transmissão das palestras via sistema de streaming (YouTube). Como referencial teórico, elegeu-se as contribuições de Saviani (2000), Bueno (2006, 2008); Gasparin (2002); Breitenbach, Honnef e Costa, (2016), entre outros. Os resultados iniciais indicaram que o projeto tem se evidenciado como espaço democrático de debate e resistência às diversas formas de opressão e tem refletido sobre o papel da educação inclusiva no combate às desigualdades sociais junto à comunidade.

**Palavras-chave:** Educação. Desigualdades Sociais. Educação Especial e Inclusiva.

## INTRODUÇÃO

Este estudo discute as implicaturas e as contribuições do projeto “diálogos virtuais sobre inclusão: tessituras, avanços e desafios” desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, campus Palmas. Tendo em vista o crescimento dos discursos conservadores em diversas áreas da vida social, de perspectivas colonizadoras que (re)produzem a exclusão, o estigma e a segregação de diversos grupos e minorias sociais, discutir educação inclusiva apresenta-se cada vez mais atual e urgente.

Assim, delimitou-se como objetivo geral, a possibilidade de desenvolver atividades de formação através de ações de extensão no ambiente virtual sobre as diversas dimensões da Educação Inclusiva. Como objetivos específicos, propôs-se refletir sobre o papel da Educação Inclusiva no combate às desigualdades sociais junto à comunidade escolar e comunidade externa; proporcionar momentos de formação continuada para professores e demais profissionais da Educação Básica e Ensino Superior e desenvolver diálogos virtuais sobre Educação Inclusiva e seu impacto nas práticas cotidianas.

O Público-Alvo do projeto incluiu estudantes e profissionais do magistério. Público interno: alunos das licenciaturas e professores do IFPR/Campus Palmas (100); Público externo: profissionais da Educação Básica e do Ensino Superior e demais profissionais e estudantes interessados no tema inclusão (100 pessoas). Vale salientar, entretanto que, por ser realizado em ambiente virtual aberto, as ações poderiam alcançar muito mais do que o estimado.

O projeto propôs um processo de formação em uma interlocução com práticas pedagógicas exitosas e pesquisas desenvolvidas sobre educação especial na perspectiva da educação inclusiva, trazendo à baila relatos de experiência, vivências de alunos, docentes e pesquisadores. Como aporte teórico, destacamos as contribuições de Saviani (2000), Bueno (2006, 2008); Gasparin (2002); Breitenbach, Honnef e Costa, (2016), entre outros. À vista disso, vislumbrou-se desenvolver atividades de formação por meio de ações de extensão em ambiente virtual de aprendizagem sobre as diversas dimensões da educação inclusiva.

## METODOLOGIA

Tendo em vista a Pandemia do Corona vírus SARS-CoV2, e o Regime Didático Emergencial, o projeto desenvolveu-se por meio de metodologias ativas, com transmissão das palestras via sistema de streaming (YouTube), em canal institucional para essa finalidade. Dentre as diversas ferramentas possíveis, escolheu-se o YouTube pela possibilidade de armazenamento das palestras e pelo acesso aberto, possibilitando alcance ilimitado. Além disso, as palestras gravadas ficam disponíveis no Canal podendo ser compartilhadas e assistidas a qualquer momento e qualquer lugar do mundo.

Para a realização das palestras, serão convidados alunos, professores e pesquisadores para dialogar sobre o papel da Educação Inclusiva nas suas diversas dimensões. Para a escolha dos palestrantes, levar-se-á em consideração suas experiências, vivências, histórias de vida e pesquisas desenvolvidas, de modo que possa ser dada voz a diversos sujeitos e grupos silenciados no decorrer da história.

Procedimentos para realização das lives: 1. Escolha dos palestrantes por temática proposta; 2. Definição da data, de acordo com a disponibilidade do palestrante; 3. Criação de flyer para divulgação; 3. Divulgação da palestra nas redes sociais, como WhatsApp, Facebook, Instagram, dentre outros; 4. Realização do convite à comunidade interna, via e-mail institucional; 5. Realização da palestra; 6. Elaboração de certificado para o palestrante.

## INCLUSÃO NAS SUAS MAIS DIVERSAS DIMENSÕES

Nas últimas décadas, pesquisadores têm-se debruçado na discussão sobre Educação Especial no Brasil e tem apontado para uma interpretação inadequada acerca da concepção de Educação Inclusiva, por sua vez, restritiva, por tratar apenas do acesso e permanência da pessoa com deficiência na escola (BREITENBACH; HONNEF; COSTA, 2016).

Embora não se possa negar a importância da inclusão da pessoa com deficiência para efetivação do que prevê a Constituição no que se refere ao direito universal à educação, não podemos conceber a Educação Especial e/ou Educação Inclusiva apenas nessa perspectiva. A discussão sob a Educação Especial na perspectiva da pessoa com deficiência, que ganhou espaço no Brasil, se deve, talvez, a primeira tradução da

Declaração de Salamanca para o Português Brasileiro, publicada em 1994 e reeditada em 1997, redação subscrita abaixo:

A presente Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais foi aprovada pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais [...]. Seu objetivo é definir a política e inspirar as ações dos governos, de organizações internacionais e nacionais de ajuda, de organizações não-governamentais e de outros organismos na aplicação da Declaração de Salamanca, de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais (BRASIL, 1997, p.17)

Segundo escreve Bueno (2006), a Declaração de Salamanca destaca o fracasso dos diversos países em cumprir o princípio de educação para todos, reforçando a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas em Educação Inclusiva. A Declaração de Salamanca vem endossar o que já estava registrado na Conferência Mundial de Educação Para Todos realizada em Jomtien, na Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990, de que a educação é direito de todos, sem distinção.

O que se observa a partir da tradução brasileira é um deslocamento de sentido acerca do que seriam as “Necessidades Educativas Especiais”, expressão que no Brasil foi interpretada/traduzida como Educação Especial, concepção que dará origem à uma modalidade de ensino voltada a pessoas com deficiência e altas habilidades.

Esse deslocamento de sentido também se materializa na versão disponibilizada pelo Ministério da Educação, onde se destaca a Educação Especial, conforme pode ser observado no trecho abaixo:

Esta Estrutura de Ação em Educação Especial foi adotada pela Conferência Mundial de Educação Especial [...]. Seu objetivo é informar sobre políticas e guias ações governamentais, de organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio, organizações não-governamentais e outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca sobre princípios, Política e prática em **Educação Especial** (BRASIL, 1997, p. 03, grifo nosso).

Essa compreensão, nos leva a entender que “na Educação Especial, temos a disseminação do pensar sobre a integração da pessoa com deficiência na escola comum,

normatizada pela Política Nacional de Educação Especial vigente na época” (BREITENBACH; HONNEF; COSTA, 2016, p. 365). Em vista disso, o que se propõe, aqui, não é desvalorizar as Políticas de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Pelo contrário, é apontar para uma interpretação histórica que suplantou outras questões e outros sujeitos daquilo que no Brasil foi constituído como uma outra modalidade de ensino: a Educação Especial. Conforme escreve Bueno (2006), a Declaração de Salamanca (1994) assume uma luta ainda maior, pela igualdade educacional e inclusão dos diversos sujeitos excluídos do processo de educação formal, denunciando que:

As políticas educacionais de todo o mundo fracassaram no sentido de estender a todas as suas crianças a educação obrigatória e de que é preciso modificar tanto as políticas quanto as práticas escolares sedimentadas na perspectiva da homogeneidade do alunado (BUENO, 2006, p. 16).

Endossando essa perspectiva, Breitenbach, Honnef e Costa (2016, p. 368) escrevem que na última versão disponibilizada pelo Ministério da Educação, “encontramos trinta e cinco vezes a expressão Educação Especial que, na maioria dos casos, foi inserida onde, originalmente, estava a expressão necessidades educativas especiais”. Em vista disso, nos remetamos ao texto original, para pensar os significados produzidos pela expressão necessidades educativas especiais, o que ela tema a nos dizer hoje sobre a Educação Especial no Brasil e, mais ainda, sobre o que os estudiosos denominam de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. A resposta pode ser encontrada na própria Declaração de Salamanca, mesmo na versão brasileira de 1997, em que podemos encontrar a seguinte definição:

Crianças com deficiências e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos e marginalizados. [...] No contexto desta Linha de ação, a expressão ‘necessidades educativas especiais’ refere-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade e ou de suas dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e têm, portanto, necessidades educativas

especiais em algum momento de sua escolarização (BRASIL, 1997, p. 17-18).

Como é possível perceber nas materialidades supracitadas, a concepção de necessidades educativas especiais é bastante ampla, incluindo a pessoa com deficiência, mas tantos outros sujeitos excluídos da educação, entendida, como direito universal. Em vista disso:

As crianças deficientes são apenas uma, entre tantas outras, das expressões concretas das chamadas necessidades educacionais especiais. [...] Em nenhum momento aparece no texto original da Declaração o termo 'Educação Especial' como responsável pelas políticas de integração/inclusão escolar. Com isso fica claro que o termo 'necessidades educativas especiais' abrange, com certeza, a população deficiente, mas não se restringe somente a ela (BUENO, 2008, p. 50).

As reflexões já realizadas até o momento nos colocam num lugar teórico-epistemológico sobre a inclusão, deslocando, do ponto de vista semântico e prático, a concepção de Educação Especial para uma concepção mais ampla e abrangente, na perspectiva da Educação Inclusiva. Isso significa dizer que militamos/lutamos para a inclusão de todos aqueles que foram e são excluídos dos processos educacionais e da escola, seja a pessoa com deficiência, seja, aqueles marginalizados por questões socioeconômicas, a população de rua, as minorias étnicas, os quilombolas, os negros, a pessoa LGBTQIA+ e todos aqueles que o Estado, os sistemas educacionais e as escolas segregam por não se adequarem ao modelo de normalidade tão exigido pelo capitalismo, principalmente, no que se refere liberalismo econômico.

À vista disso, adotamos uma concepção de inclusão cuja tessitura exige o diálogo com diversas áreas de conhecimento, da Educação, dos Estudos Culturais, dos Estudos de Gênero, da História e Cultura Afro-Brasileira, dos Estudos Surdos, da Sociologia e Antropologia, dentre outras, numa tentativa de investigar processos de exclusão e possibilidades de inclusão dos diversos grupos, minorias sociais e/ou maiorias sociais mais vulneráveis, como as mulheres e população negra no Brasil.

Desse modo, a escola será deveras inclusiva quando reconhecermos as diferenças, superarmos as desigualdades e proporcionarmos acesso e permanência a todos e todas, sem distinção, de classe social, étnica, de gênero, sexo, orientação sexual, credo ou crença, religião, pessoa com deficiência, dentre outras. Conforme escreve Bueno (2008, p. 55) “não se conseguirá alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva numa sociedade excludente”.

Portanto, falar de inclusão, nas suas mais diversas dimensões, é de suma importância para os profissionais e futuros profissionais do magistério, seja na Educação Básica ou no Ensino Superior, público alvo deste projeto de extensão. Isso porque acreditamos que nenhuma prática educacional é neutra, tampouco desprovida de ideologia política. Em vista disso, assumimos o compromisso com aqueles marginalizados, segregados, silenciados e esquecidos pelo Estado, pelos sistemas de ensino e, muitas vezes, pelas instituições escolares e pelos profissionais da educação.

- À vista disso, vale salientar que este projeto adota uma concepção de Pedagogia Histórico-Crítica, em que se destaca “o materialismo histórico, ou seja, a compreensão da história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana” (SAVIANI, 2000, p. 102). Sob essa perspectiva, falar sobre “a prática social dos sujeitos da educação” e da “tomada de consciência sobre essa prática deve levar o professor e os alunos à busca do conhecimento teórico que ilumine e possibilite refletir sobre seu fazer prático cotidiano” (GASPARIN, 2002, p. 06).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os diálogos realizados anteriormente abordaram os seguintes temas: O papel da escola no enfrentamento do racismo; a Inclusão da pessoa com deficiência e as contribuições dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE); o Atendimento Educacional especializado: o que é, como se faz; as Mulheres cientistas: uma discussão sobre inclusão no campo científico; a Educação inclusiva no combate à xenofobia: algumas possibilidades; a Educação para as relações étnico-raciais no lançamento do I Fórum da Diversidade IFPR - campus Palmas; a Educação de Jovens e Adultos e mulheres trabalhadoras: uma discussão sobre gênero, direitos humanos e

educação e Diversidade, Gênero e Educação, realizado durante o I Fórum da Diversidade IFPR - campus Palmas.

Dentre os resultados alcançados até o momento, destacam-se a realização de sete encontros com a presença de 22 palestrantes e uma média de 52 pessoas no canal de comunicação da instituição durante as palestras. A soma das visualizações dos sete diálogos perfaz um total 2.582, totalizando uma média de 368 por evento em 30 de agosto de 2022.

As ações puderam promover a divulgação do conhecimento científico envolvendo os alunos dos diferentes cursos da instituição em um momento de significativa dificuldade no âmbito da educação no contexto global. Nesse contexto, Boaventura de Sousa Santos, no livro *A cruel Pedagogia do Vírus*, retoma a ideia de sociologia das ausências e afirma que “uma pandemia desta dimensão provoca justificadamente comoção mundial. Apesar de se justificar a dramatização, é bom ter sempre presente as sombras que a visibilidade vai criando” (DE SOUSA SANTOS, 2020, p. 8). Na obra *O futuro começa agora: da pandemia à utopia*, o sociólogo enfatiza que as formas de desigualdades acentuadas e as discriminações sociais que já eram evidentes nas sociedades contemporâneas, se multiplicaram ainda mais em um contexto pandêmico (DE SOUSA SANTOS, 2021). Sendo assim, merece análise, respeito e atenção um projeto de extensão que trate do tema e que objetive combater as diversas formas de preconceitos nas sociedades.

Diante disto, para além do conteúdo formal, o projeto Diálogos virtuais sobre inclusão possibilitou uma forma de interação para além das propostas formais adaptadas ao período pandêmico. Propôs-se um processo formativo dialógico aliando teoria e prática, por meio de intercâmbios possíveis com profissionais de instituições diversas áreas. No decorrer da execução do projeto, a mediação perpassou pela valorização dos sujeitos que aprendem e que ensinam, pelo processo de conectividade e interatividade não apenas tecnológica, mas também afetiva e emocional, na proposição de uma formação cidadã em um momento crucial da história da humanidade.

Entre tantas potencialidades desenvolvidas durante a proposta, destaca-se a colaboração, a construção interdisciplinar no e durante o processo, a aprendizagem significativa em uma dimensão que ultrapassou os limites da sala de aula e, acima de tudo, o engajamento dos alunos, nomeadamente das licenciaturas, no ideário de viabilizar no âmbito regional, dinâmicas sociais que valorizam a dignidade da pessoa humana como garantia dos direitos humanos na política institucional.



Do ponto de vista da própria instituição, estabelecemos parceria com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI). Recebemos apoio e suporte da direção geral do campus, bem como da direção de ensino pesquisa e extensão. O setor de comunicação do campus atua, inclusive, diretamente na execução do projeto, tendo em vista que os estagiários e funcionários do órgão foram responsáveis pela transmissão das palestras. Vale ressaltar que a Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (SEPAE) se constituiu como uma grande parceira do projeto, da mesma maneira que o colegiado de pedagogia foi um dos grandes incentivadores e deu um suporte durante toda a sua execução.

Frente às diversas parcerias firmadas nos diversos campos de atuação do IFPR, destacamos a atividade de organização desde o planejamento até a execução das atividades no I Fórum da Diversidade IFPR - Campus Palmas: As relações étnico-raciais e correlações entre raça, classe e gênero, que aconteceu entre os meses de maio e dezembro de 2021. O projeto foi pensado a partir de um grupo de trabalho que contou com integrantes das comunidades indígenas e quilombolas do município de Palmas, bem como de membros dos diversos núcleos que desenvolveram um projeto que objetivou a valorização da história, das identidades e das culturas negra, africana, afrodescendente e dos povos originários tradicionais (etnias indígenas) no IFPR, e para a superação de diferentes formas de discriminação étnico-racial. Ao desdobrar as ações foi possível desenvolver atividades que garantiram a discussão acerca de políticas públicas de promoção da igualdade racial e de gênero com professores e gestores das redes de ensino a partir do debate sobre as Leis no. 10.639/2003 e 11.645/2008.

Ao longo do desenvolvimento do Fórum da Diversidade houve a formação de professores para compreender e trabalhar as relações étnico-raciais a partir do debate sobre as Lei no. 10.639/2003 e 11.645/2008, atendendo a essas legislações e principalmente, a compreensão da urgência de políticas institucionais que atendam ao objetivo de criação dos Institutos Federais como instituições inclusivas. Nesse sentido, acreditamos que a participação como parceiro na construção de um evento dessa abrangência nos colocou na posição de interlocutores de um debate necessário e que ainda encontra muitas barreiras para ser implementado em toda sua complexidade.

Nesse cenário, fortaleceram-se laços com pesquisadores da Universidade Estadual Ponta Grossa, especificamente do Núcleo Maria da Penha. Além da participação de

profissionais, alunos e alunas de várias instituições, como servidores da Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul, da Prefeitura Municipal de Gramado/RS, de Charqueadas/RS, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, do Rio Grande do Norte, da Bahia, do Ceará, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam para possibilidade de promoção e de divulgação do conhecimento científico e vivencial acerca da educação inclusiva. Nesse sentido, o projeto tem refletido sobre o papel da educação inclusiva no combate às desigualdades sociais junto às comunidades escolar e externa. Com a iniciativa, iniciou-se a construção de um banco de dados virtual com palestras sobre educação inclusiva que, por sua vez, podem ser (re)utilizadas em diversos espaços de educação formal e não-formal, e desenvolveu-se ações com foco na formação dos estudantes de licenciatura e continuada de professores e demais profissionais da educação básica e do ensino superior.

À vista disso, este projeto tem se colocado como possibilidade de reflexão das mudanças políticas e de possibilidades de resistência da prática docente fincada numa perspectiva histórico-crítica e, portanto, em uma reflexão sobre a luta de classes e as desigualdades sociais, pois, “não se conseguirá alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva numa sociedade excludente” (BUENO, 2008, p. 55). Portanto, nos colocamos de um lugar social centrado em uma práxis docente histórica e crítica da vida social, da educação e da inclusão.

Ressalta-se que essa narrativa retrata o primeiro ano do projeto que tem previsão de dois anos. Para o último ano serão realizados mais seis encontros que a partir da retomada do projeto acontecerão uma vez a cada mês. Nesse sentido, os temas priorizados serão: Literatura e cultura afro-brasileira: caminhos para discutir a inclusão; Educação omnilateral e Educação Inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica; Histórias de vida de um professor: sou cego, não incapaz; Histórias de vida de alunos com deficiência nos Institutos Federais; A inclusão de alunos surdos na escola: desafios e perspectivas e Educação Inclusiva, e Diversidade nas Artes Visuais: da fruição estética à docência.

Em síntese, o projeto configurou-se inicialmente como espaço de debate e resistência às diversas formas de opressão e tem refletido sobre o papel da educação inclusiva no combate às desigualdades sociais junto à comunidade.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.
- BRASIL. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília: MEC, 2008.
- BREITENBACH, Fabiane Vanessa; HONNEF, Cláucia; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil. Ensaio: aval. pol. públ. Educ. [online]. 2016, vol.24, n.91, pp.359-379.
- BREITENBACH, F. V. Propostas de Educação Inclusiva dos Institutos Federais do Estado do Rio Grande do Sul: alguns apontamentos. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.
- BUENO, J. G. S. Inclusão/exclusão escolar e desigualdades sociais. 2006. Projeto de pesquisa. Disponível em: <[http://www4.pucsp.br/pos/ehps/downloads/inclusao\\_exclusao\\_escolar.pdf](http://www4.pucsp.br/pos/ehps/downloads/inclusao_exclusao_escolar.pdf)>. Acesso em 01, dez. 2021.
- BUENO, J. G. S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da Educação Especial? In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. (Org.). Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. Araraquara: Junqueira e Marin; Brasília, DF, CAPES, 2008. p. 43-63.
- DE SOUSA SANTOS, Boaventura. A cruel pedagogia do vírus. Boitempo Editorial, 2020.
- DE SOUSA SANTOS, Boaventura. O futuro começa agora: da pandemia à utopia. Boitempo Editorial, 2021.

GASPARIN, João Luiz. Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas: Autores Associados, 2002.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica primeiras aproximações. Campinas: Ed. Autores Associados, 2000.